

Prevenir ou Remediar? O governo estadual e a Inspetoria de Higiene no combate as epidemias e as secas no Ceará (1915 - 1919).

André Brayan Lima Correia¹

RESUMO

Nesse trabalho buscamos abordar a atuação do governo estadual no combate as epidemias e as secas no Ceará. Para isso, analisaremos o período entre as secas de 1915 e 1919, pois devido à proximidade, é possível perceber as contradições entre os discursos e as práticas do governo durante a seca de 15, depois do flagelo e com o retorno novamente do mesmo em 1919. Essas contradições estão no fato de que as secas e as doenças são combatidas mais incisivamente quando instauradas do que preventivamente. Com isso, objetivamos discutir, através da documentação governamental, os problemas que agravaram as secas nesse recorte que é: a falta de água e de seu armazenamento e a imigração de retirantes. Porém, o principal aspecto agravante das secas são as doenças, que aumentam o número de mortos do período, já que se aumenta a concentração de retirantes e a falta de higiene, proporcionando assim um ambiente propício para o surgimento de uma epidemia. Ou seja, esse trabalho busca não só analisar como o governo agia em seu discurso e em sua prática com relação à falta de água nos períodos de estiagem, mas também no combate e no controle das doenças.

Palavras-chave: Seca; Epidemia; Governo Cearense.

ABSTRACT

In this work we address the role of state government in combating epidemics and droughts in Ceará. For this, we analyze the period droughts between 1915 and 1919, because due to the proximity, it is possible to see the contradictions between the discourses and practices of the government during the drought of 15, after the plague and again with the return of the same in 1919. These contradictions are in fact that droughts and diseases are fought when more sharply than preemptively. With this, we aim to discuss, through government documentation, the problems that worsened droughts in that cutout that is, the lack of water and its storage and the immigration of migrants. However, the main aspect of aggravating drought, diseases are, which increases the number dead in the period, since the concentration of migrants and lack of hygiene is increased, thus providing an environment for the emergence of an epidemic. That is, this article seeks to examine not only how the government acted in his speech and in his practice with respect to water shortages during the dry season, but also in combat and control of diseases.

Keywords: Drought; Epidemic; Cearense Government.

¹ Discente no Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de mestrado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Integrante do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (GPPUR), a partir do projeto: Capitalismo e Civilização nas cidades do Ceará (1860- 1930), no qual faz parte do eixo Práticas Letradas e Urbanidades, sob a orientação do Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. Email: andre.brayan@hotmail.com.

Nesse artigo, objetivamos analisar como se encontra a atuação estadual, tanto no campo do discurso, quanto na prática, após o contexto de deposição de Franco Rabelo. Para isso nos remeteremos inicialmente ao contexto nacional.

Fábio dos Santos nos mostra em seu livro que nesse contexto de primeira guerra mundial, São Paulo passou por um aprimoramento na higiene e que se refletiu nacionalmente.

Foi sob sua administração [Washington Luís] que foi regulamentada a lei que dividiu a cidade em sistemas de perímetros. O objetivo era criar mecanismos que permitissem legitimar as intervenções – fossem elas públicas ou privadas – através das funções específicas que cada perímetro da cidade poderia acolher. Esta ideia remontava à consolidação da visão de cidade enquanto espaço destinado à produção imobiliária que se consolidava sob uma visão do engenheiro, do médico e do político que nela interviam assentados sob diferentes visões sobre como implantar “condições higiênicas e morais” requeridas pelo momento, as quais incluíam investimentos imobiliários lucrativos.²

Essa divisão da cidade, segundo o autor, permitiu que o Estado pudesse intervir de forma diferenciada em cada região da cidade, percebendo que elas possuíam necessidades diferentes e com isso tornou mais promissor as intervenções higiênicas da cidade.

As diversas frações de capital interessadas em conquistar novas atividades para valorização com a produção da própria cidade entraram em conflito. Estes conflitos foram acompanhados ao final do período por um ajustamento no enquadramento institucional responsável pelo saneamento no Rio de Janeiro. Este ajustamento tomou a forma da prestação de serviços públicos de forma direta pelo Estado. (...) Ao Estado coube administrar diretamente os serviços de infra-estrutura, não apenas respeitando, mas garantindo aos capitais nacionais ali presentes condições de lucratividade privilegiada.³

Já na citação acima retirada de Eduardo Marques ele nos mostra que ao final da década de 10 do século XX, o Rio de Janeiro também estava passando por uma remodelação de seu setor higiênico, buscando trazer uma maior participação do Estado na saúde, já que o monopólio da empresa City foi interrompido pelo governo que passou a oferecer os serviços de saneamento.

O que buscamos demonstrar acima, a partir das duas maiores cidades brasileiras do período, é abordar o contexto nacional, apontando que houve progresso nesse período com

² SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas:** salubridade e ocupação de espaços na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Alameda, 2011. P. 155

³ MARQUES. Eduardo Cesar. **Da Higiene à Construção da Cidade:** o estado e o saneamento no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista História, Ciências, Saúde- Manguinhos; JUL-OCT. 1995, p. 65.

relação essas cidades que eram referências no Brasil. Além disso, segundo Fábio dos Santos⁴, devido a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as influências da “Belle Époque” europeia foram abaladas no Brasil, por esse continente se encontrar em guerra, o que iniciou um processo de busca da nacionalização brasileira. Porém, é importante resaltar que não necessariamente esse contexto se refletiu na capital cearense.

No Ceará passava-se nesse período por uma disputa política que resultou na deposição de Franco Rabelo e deixou a cargo da governança o Interventor Setembrino de Carvalho, por poucos meses⁵.

Após isso, assume, através de eleição, o governo Benjamin Liberato Barroso, que segundo Parsifal⁶, apesar de ter um caráter “transitório” de um governo deposto, foi um governante que enfrentou grandes problemas com a seca de 1915.

Ao comparar essa realidade demonstrada nas principais cidades brasileiras com o trecho inicial da Mensagem do Presidente do Estado de 1915, já se percebe uma “quebra” desse ideal de aumento da intervenção estatal no saneamento e na saúde pública pois segundo a mensagem:

Está no domínio de todos a desgraça que nos tocou este anno. Embora avisado das seccas e acostumado às suas agruras, o nosso povo não tem e não poderá ter tão cedo a previsão necessária para prevenir-se e precatar-se contra os seus effeitos, porque nem todas as medidas de defesa estão em suas mãos. As observações registradas de seccas, em annos anteriores, através de pouco mais de um século, ainda não são sufficientes para trazer ao nosso espirito a segurança da fixação do tempo de sua realização.⁷

A partir do trecho acima percebemos que o próprio Presidente do Estado admite a falta de investimentos de prevenção contra as secas, o que ocasionou em um novo flagelo social em 1915. Apesar disso, Frederico Neves⁸ mostra que a atuação no combate a essa problema se intensificou bastante, surgindo uma forte caridade, principalmente pela Igreja Católica e por setores interessados no processo de remodelação urbana, o que gerou um forte controle social por parte do Estado através dos campos de concentração⁹.

⁴ SANTOS, Fábio. Op. Cit. 2011.

⁵ BARROSO, José Parsifal. **Uma História da Política do Ceará: 1889- 1954**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

⁶ Idem.

⁷ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1915, p. 05.

⁸ NEVES, Frederico de Castro. **Caridade e Controle Social na Primeira República (Fortaleza, 1915)**. Rio de Janeiro: Revista Es. His, vol 27, nº 53, JAN-JUL. 2014.

⁹ Campo de concentração é uma expressão bastante utilizada nesse período para definir as instalações do governo onde se abrigou os flagelados da seca. Lá, teoricamente, era fornecido trabalho, tratamento e

Ou seja, mesmo com a falta de investimentos preventivos, por causa dos valores da remodelação urbana, a cidade passou a se mobilizar, não somente no combate à seca, mas solucionar a “invasão” de retirantes na cidade.

A seca de 1915, portanto, ficou marcada por esta experiência, no relacionamento entre retirantes e habitantes, de isolamento e reclusão daqueles para o alívio destes. Um corte pode ser feito, então, marcando este momento em que a cidade procura proteger-se do contato com os miseráveis e fazer retornar a seca ao seu cenário anterior, o campo.¹⁰

Porém, é importante resaltar que apesar de toda a calamidade pública instaurada pela seca de 1915, o relatório do Inspetor de Higiene nos aponta que não houve, em números oficiais, nenhuma morte registrada por varíola, o que naquele período parecia ser uma novidade, já que as mortes da seca eram ampliadas por causa da doença. Devemos salientar também que este documento dar crédito a vacinação de Rodolfo Teófilo¹¹ que promoveu efeito e diminuiu a quantidade de caso e impediu infecções mortais. O inspetor chega a falar que tinha a intenção de contribuir no combate a varíola, porém essa tarefa já havia sido vencida por esse farmacêutico. Com isso, podemos inferir que, segundo o próprio relatório, o principal ganho com relação à prevenção contra o flagelo social, foi promovido por esse intelectual e não pelo o Estado. Além disso, a mensagem do Presidente do Estado, no período destaca a diferença de investimentos contra as secas durante a calamidade e durante a normalidade.

Neste ponto a nossa imprevidência tem sido até criminosa porque, desde o Império, se gastam sommas enormes nos momentos de secca para socorrer as populações flageladas, certo de que, já a esse tempo, a sua pecuária tem desaparecido, Ao passo que com o serviço sytemático de obras contra as seccas em dez ou vinte annos, dependendo apenas um ou dois mil contos anuaes(...). Tem sido assim a história das seccas: Manifesta-se a crise, o Estado pede socorro, como agora succede, o governo federal providencia mandando fazer serviços ou dando esmolos como no império; vem o

fiscalização higiênica, o que não significa que funcionou na prática.. O objetivo era separar esses retirantes do restante da cidade.

¹⁰ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará,2000, p. 86.

¹¹ Rodolfo Teófilo foi um farmacêutico e intelectual que ficou conhecido por ter promovido uma vacinação gratuita contra a varíola e sem apoio do governo. Sua vacinação, segundo a documentação do período é considerada responsável pela extinção por alguns anos dos casos da doença na capital cearense e da diminuição deles no interior. Por criticar o governo do período, o Presidente do Estado Nogueira Acioli, ele sofreu uma oposição da gestão estadual que resultou em um embate, principalmente em jornais e nos livros publicados por esse autor que são: TEÓFILO, Rodolfo. **Varíola e Vacinação no Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Edição fac-símile); TEÓFILO, Rodolfo. **Varíola e Vacinação no Ceará:** nos anos de 1905 a 1909. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1910.

inverno, no anno seguinte, suspendem-se todos os trabalhos por aviso official, o povo corre para seus lares e todas as obras iniciadas e por concluir ahi ficam ao abandono, deteriorando-se, até que surge outra crise e restabelece o mesmo systema de nossa incapacidade technica e pratica.¹²

Ou seja, percebe-se pela administração de 1915 que já se começa a surgir uma crítica ao modelo de combate as seca que desde o império, a política estadual e federal é apenas remediar a situação, sem buscar qualquer tipo de prevenção, mostrando a falta de preocupação com a vida da população. Porém, nesta mensagem, diferente de muitos governadores que trazem a ideia de que foi feito o possível contra as secas, Benjamin Liberato Barroso aponta soluções para os problemas.

É de conhecimento de todos que estudam esta região a solução do problema das seccas. Consiste na construção de grandes, médios e pequenos açudes, segundo a classificação da Inspetoria de Obras contra as Seccas, e respectivos systemas de irrigação, barragem dos rios, altos e de sub-solo, os poços profundos à margem dos caminhos, as estradas de rodagem e ferroviarias. As barragens de sub-solo, nos rios e riachos, têm uma importância capital em todos os verões mais o menos prolongados e nas seccas, principalmente, porque represam água no leito dos rios, podendo ser utilizada para irrigação ou plantio de vasante; são pouco dispendiosas, fáceis de construir, pois basta atravessar o rio no trecho que passa dentro de suas terras, de barranco a barranco, nos pontos mais estreitos, com uma vala de largura de um metro mais ou menos, conforme a profundidade, cavada até encontrar pedra, piçarra compactada e depois emchel-a de barro massapé ou barro visguento, socado, até respaldar com o nível de leito arenoso do rio. (...)¹³

Percebe-se então que no campo do discurso o governante tem a intenção de combater as secas e tentar mudar a realidade, apresentando assim propostas que possam armazenar água até o fim das estiagens.

Com relação às doenças no ano de 1915, o Relatório do Inspetor de Higiene¹⁴ nos mostra que nesse ano ainda houve vários casos de varíola, principalmente em Iguatú e Juazeiro do Norte. Vale lembrar que essa é a epidemia mais temida em anos de seca, pois anteriormente ao processo de vacinação de Rodolfo Teófilo, era a doença que mais fazia vítimas fatais, já que outras doença surgiam em menor proporção, devido as aglomerações em péssimas condições de higiene na capital. Esse relatório nos mostra que também houve outras doenças em 1915 como: “varicelle”, “sarampo”, “gastro-enterite infantil”, “cholera infantil”, “dyzenteria baccilar”, “trachoma”, “lepra”, “tuberculose”, “Febre Amarela” e entre outras.

¹² Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1915, p 07-08.

¹³ Idem, p 12.

¹⁴ Relatório do Inspetor de Higiene de Maio de 1915 a Abril de 1916.

Apesar da varíola está controlada, houve muitas mortes na capital¹⁵, onde em Agosto foram 189 e esse número foi aumentando para 902 em Dezembro, e passou a decrescer em Janeiro com o retorno das chuvas. Dos males que se alastraram graças ao favorecimento das aglomerações dos campos de concentração, um se destaca no relatório de higiene, pois foi responsável por 1424 mortos dos 1694 que faleceram entre Dezembro e Janeiro na capital.

A causa de tais óbitos foram em sua imensa maioria as moléstias do aparelho intestinal que respondem por 1424 dos 1694 óbitos de Dezembro e Janeiro sobre a natureza de tais moléstias, tão discutida entre profissionais, estão se fazendo actualmente, por ordem desta Inspectoria, pesquisas bacteriológicas que dentro em breves dias aclararão definitivamente a etiologia, aliaz com muitos fundamentos já entrevista, para não dizer sabida.¹⁶

Apesar da diminuição de caso em 1916 e o fim da seca, o que fez os retirantes voltarem para suas cidades já que durante a seca transitou-se em torno de 70 mil retirantes pela capital¹⁷, a inspetoria demonstra preocupação com esse surto e pede que o Presidente do Estado tome medidas preventivas com relação a aglomerações de retirantes.

Ainda com relação a 1915, é importante não omitir que existiam outras figuras importantes, além de Rodolfo Teófilo, no combate as doenças em Fortaleza, um deles, que também é mencionado no relatório de Inspectoria de Higiene é o médico Barão de Studart que tentou promover uma ajuda no combate a lepra.

Em dias de Outubro procurou-me o notável homem de letras e grande philantropo Dr. Barão de Studart e me comunicou que dispunha de uma pequena quantia destinada a construcção de um hospital para morpheticos. Bati entuziasmaticas palmas a iniciativa e me puz ao seu inteiro dispor para tudo que de mim dependesse. Fizemos juntos enfadonhas excurções a Cavallo à escolha de um local apropriado ao tentamen. Achamol-o e o Ilustre Sr. Barão chegou a dar todos os primeiros passos, vencendo com sua admirável perseverança variadas dificuldades (..) Não se tratava de um isolamento perfeito,(...) mas uma enfermaria com os indispensáveis cuidados hygienicos aos menos para os leprozos indigentes que se vissem impossibilitados de trabalhar, coagidos pelas authoridades a abandonar a sua profissão ou officio.¹⁸

Com isso, o relatório mostra o papel exercido por Studart, demonstrando assim a participação de outro intelectual da área da saúde atuando no combate as doenças. É

¹⁵ O relatório da Inspectoria de Higiene de 1915-1916 chega a estimar que morreram cerca de 26490 pessoas no Ceará ao longo dos nove meses de seca.

¹⁶ Relatório do Inspetor de Higiene de Maio de 1915 a Abril de 1916, p. 10.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem, p. 13.

importante destacar que o documento mostra que esse tipo de iniciativa, feita pelo Barão foi fundamental para o período, pois o tratamento para a lepra era bastante oneroso para um estado que possuía uma população tão “analfabeta”, segundo o documento.

Ainda com relação aos serviços prestados pela Inspetoria de Higiene durante a seca o relatório destaca as inspeções em casa que estavam para começarem a serem alugadas; a garantia de água potável para a população através da fiscalização da coleta da água; o levantamento de estatísticas demografias sanitárias do período; desinfecções de locais onde doentes foram encontrados, principalmente os mortos; execução da primeira fiscalização domiciliar, que acabava com irregularidades anti-higiênicas; visitas a escolas públicas e particulares na busca de fiscalizar a higiene; dentre outras atividades.

Após a superação do flagelo social de 1915, a Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1916, traz em grande parte do relatório os estragos da seca, mostrando que de agosto de 1915 a abril de 1916, surgiram 300 mil retirantes 9% morreram no período. O relatório também trás novamente, que apesar de vários focos de doenças, não houve uma epidemia no período, principalmente de varíola, o que diminuiu os obituários.

Além disso, ele mostra que devido essa falta de combate preventivo, a seca provocou muitos prejuízos ao Estado, mostrando que não é só a população que sofre, pois devido a essa crise, a economia é prejudicada, com morte do gado e a dificuldade plantio, e principalmente, com o governo gastando com saneamento, estrutura para os flagelados, reforço no atendimento hospitalares e nas desinfecções pela cidade, aumento da fiscalização sanitária, cuidado e enterro dos mortos e etc.

Nestas condições, alinhando todas essas parcelas, temos para prejuízo total 90.350 contos, aproximadamente, com a secca do anno findo. Esta somma colossal, calculada pelo mínimo, arrancada por aniquilamento da riqueza do Estado e da União, só por si basta e basta muito para impor aos governantes o dever inilludível de olharem, não só para este Estado como para o Nordeste do Brasil, com o cuidado devido, sem medirem sacrifícios que, por maiores que venham a ser feitos pela União, em repetidos creditos, para obras contra as seccas, serão certamente bem menores do que essas de uma secca apenas.¹⁹

Apesar de ser produzido pelo o governante do período, a Mensagem do Presidente do Ceará de 1916 denuncia a negligencia dos governos perante o povo que sofria pelas secas, acusando principalmente a falta de investimentos das gestões anteriores e a falta de comprometimento da União com investimentos preventivos de armazenamento de água.

¹⁹ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1916, p. 10.

Infelizmente, não foi possível localizar o Relatório de Inspeção de Higiene de 1916, e com isso não podemos comparar o discurso de Benjamin Liberato Barroso desse ano a prática governamental de combate preventivo das secas, já que a mesma havia se findado. A Mensagem de 1916 apenas faz menção em um pequeno tópico chamando atenção sobre o combate às doenças, dizendo que não existia nenhuma enfermidade existente de caráter epidêmico atuando no Ceará, naquele período, mas que, novamente, é levantada uma crítica a cerca da falta de investimentos em saúde, pois não existia hospitais com estrutura de isolamento boas, principalmente por causa da tuberculose no período e a falta de recursos na assistência pública, o que impede uma melhor atuação do governo.

Na mensagem de 1917, feita pelo Presidente do Estado do Ceará João Thomé Saboya e Silva, ele nos apresenta um cenário e um discurso diferente, porque primeiramente a calamidade que mais afetou o Ceará foi o forte inverno que criou inundações em alguns locais do interior do Estado, como por exemplo, o Rio Jaguaribe. Ele também trás outro tom com relação à União, pois ele demonstra que seu governo teve uma boa relação com o federal, e que para ambos se colaboraram em investimentos contra as secas, já que o estado forneceu 20 mil reis e a União 100 mil para ser distribuídos pelos municípios e que esse incentivassem o plantio e distribuisse sementes.

Além disso, a mensagem mostra que existiam pelo Ceará, várias obras contra as secas de responsabilidade federal que foram concluídas, como “o grande reservatório de Quixadá”, os açudes “Velame” e “Gayuba”.

“Dos outros açudes subordinados à mesma inspeção, está concluído e vai ser entregue ao Estado o Parazinho, situado no município de Granja, achando-se em construção, os de Mulungú e Patos nos municípios de Itapipóca e São Francisco de Uburetama., o Bahú no município de Pacatuba, Caio Prado, em Santa Quitéria, (...).”²⁰

Ou seja, percebe-se nesse documento que o governo estadual procura enfatizar a importância da União no combate preventivo às secas, pois, após 1915 essa passou a atuar mais ativamente nas obras de captação e armazenamento de água. Não que Benjamin em 1916 quisesse criticar o governo federal, mas em seu relatório não são apontadas colaborações e nem execuções de obras.

No relatório de Inspeção de Higiene correspondente também ao ano de 1917, também é relatado que o estado higiênico, apesar de não ser dos melhores, proporcionou poucas

²⁰ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1917, p 11.

mortes se comparados há anos anteriores, pois em Fortaleza em 1915, houve 3136 mortos ao longo do ano, já em 1916 foram 4145 mortos, porém em 1917 esse número caiu para 1842 obituários na capital, segundo o documento.

Ao se fazer uma análise do relatório de 1917 e comparar com o de 1915, percebe-se uma mudança total no formato da documentação, pois esse que não ocorreu seca possui uma estrutura mais médica, na qual informa as principais doenças que foram detectadas no período, seus sintomas, seu contexto nacional e sua quantidade de casos. Algumas doenças recebem um destaque maior, como a lepra, que possui a dedicação de 21 páginas no documento, apesar de o mesmo afirmar que se comparado a outros estados como o Pará, a situação ainda não era tão grave. O relatório chega a afirmar que existia no período um leproso a cada mil habitantes nas terras alencariana.

Outro aspecto importante a ser levantado é novamente a relação entre Rodolfo Teófilo e o governo, pois já foi mostrado que no ano da seca de 1915 ele foi exaltado por seu trabalho contra a varíola, já em 1917, ano de “normalidade” no Ceará, o farmacêutico continua a ser citado honrosamente na documentação oficial, porém demonstrando outro aspecto.

Nunca será demais lembrar o que, no tocante á variola, se deve a Rodolpho Theophilo. É preciso, porém, não dormir a hygiene official sobre os louros de uma vitoria que lhe não pertence. Rodolpho Theophilo não está mais em idade de percorrer os arrebalde da cidade, vaccinando por aport (abençoado aport!). E desde o anno em que sua atividade começou a declinar milhares de crianças teem nascido, milhares de pessoas teem immigrado para Fortaleza e quase todos os então vaccinados já estão em epocha de revaccinar. E o Governo que permittir reaparecer a variola no Ceará, será um governo criminoso.²¹

Ou seja, percebe-se que mesmo o governo reconhecendo o trabalho de Rodolfo Teófilo, este trabalho declinou-se por conta da idade do intelectual, e o Inspetor de Higiene denuncia a negligencia do governo. Podemos perceber não só o reconhecimento e a falta de oposição ao trabalho de Teófilo, diferente da oligarquia aciolina, mas também o reconhecimento da importância deste trabalho para a população, mostrando que essa prevenção é fundamental. Porém, constatamos que apesar de todo esse discurso de preocupação com a população, que aparece na documentação da inspetoria, continua a se refletir em uma prática diferente, pois o próprio inspetor mostra que a vacinação diminuiu por conta que o governo ainda não assumiu sua responsabilidade de promover a vacinação, já que

²¹ Relatório do Inspetor de Higiene de Maio de 1917 a Abril de 1918, p. 40.

esse setor só promoveu no período do relatório 4121 vacinações em uma população de 80mil habitantes.

O Inspetor ao procurar fazer uma média, contando com os imigrantes que chegavam, as 2500 crianças que nascem por ano em Fortaleza, e as pessoas que precisam ser revacinadas, o Estado deveria no mínimo promover 10 mil vacinações por ano.

Ainda no campo do discurso, o Inspetor de Higiene defende a criação de um vacinogênico estadual, pois o de Rodolfo Teófilo não conseguia mais dar conta da população. Porém, mesmo com esse declínio, o documento mostra que desde 1914 que não se havia detectado nenhum caso de varíola na capital, somente no interior. Mostrando assim que seu trabalho ainda trazia resultados positivos. Ou seja, a vacinação era fundamental para o período.

Outra prova da não rivalidade entre a gestão e Teófilo é que o documento narra a promessa desse farmacêutico de doar os equipamentos de seu vacinogênico para o Estado, para que esse dê continuidade ao seu trabalho e essa promessa foi cumprida, mas só no ano 1930 quando o governo funda o “Vacinogênico Rodolfo Teófilo”, utilizando equipamentos do antigo vacinogênico desse intelectual, e contrata o sobrinho dele, o médico Antônio Justa, para ficar a frente da instituição.

Com relação à prevenção, o relatório procura ser discreto com relação à água, pois afirma que o governo já está tomando as medidas possíveis para esse problema. A crítica a ser levantada é outra:

Devemos, porém, não deixar de passar a ocasião, sem insistir na necessidade da instalação de hospitaes e de isolamento e de um desinfectorio central central. É talvez o Estado do Ceará, o único na Confederação que não dispõe de um isolamento para moléstia contagiosa alguma; e Fortaleza a única cidade de sua população sem um desinfectorio central²².

Já na Mensagem do Presidente do Ceará de 1918, João Thomé Saboya e Silva, continua a trazer a seca de 1915 como pauta, mostrando que o governo federal continua ajudando o Ceará e que existem vários açudes de grande e de médio porte estavam sendo construídos e concluídos desde 1915, por responsabilidade da União.

No tópico da saúde pública, apesar de ainda ser demonstrado o combate às consequências da seca de 1915, a lepra volta ter foco central, pois o documento mostra uma

²² Relatório do Inspetor de Higiene de Maio de 1917 a Abril de 1918, p. 43.

preocupação com um surto da doença no norte do Brasil e se preocupa com a vinda da mesma para o Estado.

Como perfeitamente sabeis, só a hospitalização systematica, prevenindo as causas da lepra, pode assegurar um resultado apreciável de medidas postas em pratica para sua debellação. Foi atentando a essas considerações que o Governo acaba de commissionar o Dr. Joaquim Anselmo Nogueira para que, estudando a moléstia nos logares de seu desenvolvimento, levante uma estatística dos casos existentes e escolha um local apropriado á construcção do Lazareto que o Governo pretende instalar. A Prefeitura de Sobral, indo ao encontro desse objectivo, trata de organizar um projecto para construcção do edificio, e de sua collaboraçãõ, que o Governo acceitou de bom grado, espero resulte amplo beneficio.²³

A mensagem do Presidente chega a falar pontualmente de outros serviços da saúde publica, como a distribuição de medicamentos para os que não podiam comprar. O importante aqui é destacar que no campo do discurso a gestão não se encontra na inércia, pois além de medidas pontuais e das obras de armazenamento de água em parceria com a União, a gestão estadual busca prevenir outras doenças que podem se espalhar pelo Ceará.

Nos referimos aqui, a expressão “discurso”, pois ao analisarmos a prática governamental, a primeira instituição cearense de isolamento de leprosos, Leprosário Antônio Diogo, só será inaugurada em 1928, graças, principalmente, a iniciativa da igreja católica de promover campanhas em seu periódico, *O Nordeste*²⁴, o que demonstra uma quebra ao se comparar a intenção do governo e sua prática, pois o mesmo só assumirá esse leprosário como uma instituição estadual em 1940. Ou seja, só existirá uma instituição estadual de isolamento de leprosos 22 dois anos depois desse documento.

Outro fator importante a ser ressaltado em 1918 foi a criação da Diretoria Geral de Higiene, passando a existir no lugar da Inspetoria de Higiene. E em novembro desse ano ela publicou seu regulamento, trazendo assim todos os artigos que definem a funcionamento da saúde publica no Ceará. No que se refere a esse regulamento, o mesmo trás uma série de artigos que regulamenta o papel dos profissionais de saúde, da Diretoria de Higiene e dos procedimentos de combate às doenças como a Lepra, a Varíola e a Febre Amarela. Um exemplo que podemos dá é a regulamentação do combate à varíola que vai dos artigos 228 a 237:

²³ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1918, p. 51.

²⁴ PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. “**Não esperemos só pela ação do governo, a calamidade é pública**”: a atuação do jornal *O Nordeste* no combate à lepra em Fortaleza (1922-1930). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, Monografia de graduação, 2013.

DA VARIOLA:

Art. 229.- O inspector sanitário procurará, por todos os meios possíveis, praticar a vacinação e revacinação das pessoas residentes nos focos variólicos. **Art. 230.-** São eximidos das disposições constantes do artigo precedente: a) as pessoas que exhibirem attestados de vacinação fornecidos pela Directoria de Hygiene, por um dos institutos vaccinicos da República, ou de qualquer medico que tenha carta registrada na Directoria de Hygiene, provando terem sofrido, como proveito, a vacinação, dentro dos ultimos sete annos; b) as que provarem ter tido variola nos ultimos dez annos; c) as que soffrerem de moléstia podendo ser influenciadas maleficamente pela vaccina, enquanto durar este impedimento. **Art. 231.-** Durante as visitas de policia sanitaria, os Inspectores sanitarios promoverão, por todos os meios suasorios, a vacinação e revaccinação systematica. **Art. 232.-** Durante as visitas de vigilancia medica, bem como as de policia sanitaria, o Inspector organizará uma lista minuciosa de todas as pessoas que não conseguir vaccinar ou revaccinar, lista que será transcripta em livro especial, a fim de tornar possivel uma vigilância mais enérgica em caso de epidemia. **Art. 236.-** Si se verificar que a pessoa acommetida da de variola, possuía um attestado de vaccina reconhecido falso, será o medico que o forneceu passível das penalidades do codigo penal.²⁵

Os artigos acima são apenas alguns, a titulo de exemplificação, pois o interessante destacar deste regulamento é a importância de regulamentar à forma do combate e da prevenção das doenças.

Com relação ao relatório de então nova, Diretoria Geral de Higiene, do período de 1918-1919²⁶, poucas mudanças se percebem, pois no mesmo trás a estrutura de demonstrar as principais doenças do período, suas estatísticas e as ações no combate a mesma.

Nota-se que ao se falar da varíola, a diretoria afirma que reforçou a vacinação após a constatação da seca que estava se iniciando em 1919. No documento mais uma vez é lembrada a importância de Rodolfo Teófilo, porém dessa vez o diretor também afirma que a gestão teve papel fundamental na vacinação, pois ele também assumem o mérito de que de 1914 até o inicio de 1919, não houve casos da doença registrados na capital.

O relatório ainda fala da mudança de endereço e das novas instalações a partir do surgimento da Diretoria Geral da Higiene e de ter entrado em vigor o regulamento de 1918.

Porém, em 1919, o flagelo social da seca volta e com isso o discurso otimista das Mensagens de Presidente do Estado passam a sumir, pois o mesmo Presidente João Thomé Saboya e Silva, passa a admitir que as obras contras as secas não tiveram o “desejado incremento”, pois muitas atrasaram por causa da falta de mão de obra e demora na importação de materiais para a construção.

²⁵ Regulamento da Diretoria Geral de Higiene de 1918, p. 54.

²⁶ Relatório da Diretoria Geral de Higiene de Maio de 1918 a Abril de 1919.

O referido documento mostra que a União chegou a enviar 100 mil contos e liberar mais 200 mil contos em crédito para o combate a seca. O dinheiro foi repassado para os municípios que aplicaram em melhorias para a população e os flagelados.

O discurso do Presidente João Thomé se torna diferente dos anos anteriores, pois ao invés de exaltar a necessidade de investimentos contra as secas, o mesmo elabora uma teoria sobre magnetismo que ocasiona a seca no Ceará.

Varias têm sido as causas apontadas como geradoras das seccas: a devastação das mattas, a direção dos ventos, a forte declividade dos leitos dos rios, a constituição do solo, e algumas outras, de caráter local. É claro que nenhuma dellas é verdadeira, pois todas são causas permanentes, ao passo que a secca é um phenomeno periódico, sem lei conhecida. As pacientes observações sobre a producção do phenomeno, me levam a acreditar que elle é devido a uma diminuição local da intensidade do campo magnético terrestre.²⁷

O governante desenvolve no documento sua teoria, através de uma linguagem científica, explicando como esse fenômeno ocorreria. Ele ainda se utiliza de artigos da revista *Electrical Experiment*, na qual um dos artigos se chama “*Producing rain by electricity and X rays*”. Ou seja, o Presidente do Estado, buscou legitimar a seca como um fator natural e inevitável, através de um discurso científico. Ele escreve que esse fenômeno só poderá ser combatido quando a raça humana aprender a controlar esse fenômeno, e ainda afirma: “todos os nossos esforços devem convergir para a adopção de medidas que attenuem os efeitos das seccas”²⁸.

Ou seja, o governo volta novamente a defender atitude de apenas combater os efeitos da calamidade e que por enquanto nada se pode ser feito para evita-la ou preveni-la. Apesar disso, ele ainda defende a necessidade de obras hídricas que permitam amenizar esse problema.

O importante a ser destacado aqui não é o fato do governo “achar ou não” que as secas tem solução, mas demonstrar que o mesmo, no período de calamidade, não assumiu a responsabilidade de lutar contra esse fenômeno como algo não natural.

Nesse artigo buscamos mostrar como estava configurado a saúde pública através da atuação do governo e da Inspeção/Diretoria de Higiene durante as calamidades, pós-período Acioli de 1915 e 1919.

²⁷Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1919, p 15.

²⁸Mensagem do Presidente do Estado do Ceará de 1919, p. 16.

Foi possível constatar, que após a seca de 1915, o discurso governamental passou a ser um que buscava o combate das secas e das doenças através da prevenção, porém com a chegada de uma nova seca em 1919, o próprio admite que não executou de forma rápida e adequada as obras necessárias, e além disso, o mesmo muda de postura e volta a tratar a seca como algo natural que só pode ser amenizado.

Infelizmente, não foi possível localizar o Relatório da diretoria Geral de Higiene de 1919 a 1920, para que assim pudéssemos aprofundar como ficou e atuou a saúde pública na seca, porém buscamos através da Mensagem de 1920 do então Presidente do Estado João Thomé Saboya e Silva, demonstrar esse período.

O Presidente do Ceará, ao discorrer da secas, já inicia declarando a falta de ajuda da União, pois em relatórios anteriores, o mesmo exaltava a parceria que existia entre o estado e a federação. Além disso, ele exalta novamente a importância da vacinação de Rodolfo Teófilo, porém em 1920 foram detectados novos caso da varíola na capital, o que nos faz constatar a diminuição do trabalho do Farmacêutico que se encontrava com 67 anos.

Outra doença que teve atuação em 1919 foi a peste bubônica que fez 135 vítimas e 33 óbitos, chegando a ser necessário a intervenção da Comissão Sanitária Federal para que a doença fosse combatida rapidamente.

A partir do levantamento a cerca do período estudado, é possível concluir que o governo não atuou de forma constante para prevenir as secas e que seus discursos e suas práticas muitas vezes se tornavam contraditórios.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública do Ceará da Colônia a Vargas**. Fortaleza: UFC, 1994.

BARROSO, José Parsifal. **Uma História da Política do Ceará: 1889- 1954**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

GADELHA, Georgina. **Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense (1913-1948)**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2012.

MARQUES. Eduardo Cesar. **Da Higiene à Construção da Cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista História, Ciências, Saúde- Manguinhos; JUL-OCT. 1995.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **Caridade e Controle Social na Primeira República (Fortaleza, 1915).** Rio de Janeiro: Revista Es. His, vol 27, nº 53, JAN-JUL. 2014.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **“Não esperemos só pela ação do governo, a calamidade é pública”:** a atuação do jornal O Nordeste no combate à lepra em Fortaleza (1922-1930). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, Monografia de graduação, 2013.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas:** salubridade e ocupação de espaços na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Alamenda, 2011.